



territórios negros

ano 8 • nº 34 • mai./jun. 2008

Informativo de apoio às Comunidades Negras e Quilombolas • Publicação de KOINONIA

editorial

Duas características marcam o período coberto por este número do nosso informativo. A primeira é a franca ampliação do número e variedade de instituições da sociedade civil que passaram a se manifestar em favor da causa quilombola. A segunda característica decorre da política governamental, que começa a dar expressão prática à chamada Agenda Social Quilombola.

Da parte da sociedade civil, as manifestações das quais falamos e que estão sintetizadas na seção de notícias “nacionais” deste número, parecem assumir dois sentidos. De um lado, elas apontam, de fato, para uma tomada de posição mais firme de setores profissionais e do movimento social em defesa dos direitos quilombolas, tão fortemente ameaçados pela larga campanha (da qual já falamos em editoriais anteriores) movida na grande imprensa e por meio de “movimentos” produzidos por setores conservadores do empresariado e dos proprietários rurais, com muitos recursos e grande estardalhaço. Por outro lado, apontam também, mais simplesmente, para o fato dos quilombos terem sido incluídos no repertório de movimentos sociais aos quais determinados documentos ou manifestações públicas devem fazer referência obrigatoriamente, ao lado de movimentos mais antigos e consolidados, como o indígena e dos Sem Terra. Ainda que este sentido seja menos ativo, ele ainda é positivo na medida em que aponta para um amplo reconhecimento dos quilombos como movimento social importante na atual configuração das lutas sociais no país.

Com relação à Agenda Social Quilombola, lançada no vinte de novembro do ano passado, ela só começou a ter existência prática a partir dos primeiros meses deste ano, por meio de sucessivos convênios que o governo federal vem assinando com prefeituras municipais onde há presença quilombolas, por vezes com a presença do presidente da república. O avanço desses convênios parece respeitar a um duplo roteiro. Aquele desenhado pelo programa Territórios da Cidadania, que contempla territórios definidos entre outros fatores pelos baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH). E aquele desenhado pelo programa de Aceleração do Crescimento, o famoso PAC, no contexto do qual as ações destinadas aos quilombolas e outras populações locais têm o objetivo manifesto de servirem como ações compensatórias do impacto que as grandes obras voltadas para a geração de energia, para a expansão do agro-negócio e para a abertura de estradas, já estão produzindo.

Entretanto, um dos efeitos importantes desta política governamental e da relação que ela estabelece entre verbas federais, prefeituras e presença quilombola não pode ser identificado diretamente por meio das notícias da imprensa. Trata-se dos efeitos perversos que tal triangulação pode provocar, principalmente em contextos que o movimento quilombola organizado ainda não alcançou e que carecem da presença de entidades e assessorias comprometidas com os direitos humanos e com uma perspectiva crítica do desenvolvimento. Já podemos identificar em diversas regiões do país a multiplicação de certificações quilombolas que acontecem sem o conhecimento das próprias comunidades e que se impõe a elas, não na forma de um efetivo *reconhecimento* (que implica o respeito por sua autonomia e formas de organização), mas como expressão de mais um mercado: o mercado dos projetos e das verbas federais. Justamente porque esta é uma discussão tão importante quanto difícil de apreender através da imprensa, ela está sendo abordada na nossa seção Um Território, que neste número ocupa um espaço especial.



• NACIONAL

DIREITOS AMEAÇADOS

Após serem alvo de intensos ataques veiculados pela imprensa, os quilombolas correm o risco de terem seus direitos territoriais cerceados pela aprovação de nova instrução normativa do Incra, que estabelece o procedimento administrativo para identificação e titulação dos territórios quilombolas. Motivados por essa nova empreitada contra seus direitos, entidades formalizaram um abaixo-assinado intitulado "Pela garantia dos direitos das comunidades remanescentes de Quilombos". O texto do documento destaca que a proposta de nova instrução elaborada pelo governo regride em relação ao estabelecido na IN Incra 20/2005 quanto às concepções sobre identidade quilombola e conceito de território; aos mecanismos para concentração de interesses de Estado; à solução de conflitos que se sobreponham aos territórios quilombolas; e à efetividade e rapidez processuais para obtenção do título de propriedade.

O documento lembra que "Mesmo discordando do conteúdo proposto para a nova IN e do procedimento pouco democrático de sua elaboração", os quilombolas - por meio da Conaq - aceitaram participar de uma consulta (realizada entre os dias 15 a 17 de abril, em Luziânia, Goiás) para discutir a nova norma. Cerca de 250 quilombolas e 12 assessorias participaram do encontro, reafirmando o caráter deliberativo do evento e apresentando propostas concretas para a nova instrução normativa. A maioria das propostas de alteração sugeridas pelo governo não obtiveram o consentimento dos quilombolas. Por outro lado, as mais importantes propostas dos quilombolas não foram acatadas, tais como: a não

obrigatoriedade da certidão da FCP para início do processo de titulação e a adequação dos quesitos do relatório destinado a identificar o território a ser titulado. De acordo com o governo, as propostas de alteração que não tiveram consenso na consulta serão analisadas pelo governo federal. As organizações que assinam o documento reivindicam que as propostas apresentadas pelos quilombolas sejam realmente consideradas e aprovadas pelo governo.

Associação Brasileira de Antropologia: Antropólogos reunidos no Congresso da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), no mês de junho, em Porto Seguro (BA), lançaram uma carta em que manifestam posição contrária à edição de nova IN do Incra. Leia a carta na íntegra acessando <http://www.koinonia.org.br/oc/noticias>.

Fonte: Adital, GT Quilombos



Plenária da Consulta Pública sobre a nova IN do Incra

DEPUTADOS E SENADORES ALIADOS

Frente Parlamentar - Foi instalada no dia 13 de junho, na Câmara Federal, a Frente Parlamentar em Defesa dos Quilombos. O grupo atuará no combate às desigualdades sociais que atingem as populações quilombolas por todo o país. A Frente tem como coordenador o deputado Vicentinho (PT-SP) e como primeiro e segundo vice-presidentes os deputados Domingos Dutra (PT-MA) e João Oliveira (DEM-TO).

Comissão do Senado - No dia 28 de maio, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado debateu algumas das políticas do governo Lula voltadas às comunidades quilombolas. Estiveram presentes representantes de diversos órgãos governamentais, bem como de algumas comunidades quilombolas que enfatizaram como principal ação a mobilização e união entre governos federal, estadual e municipal na luta pela melhoria de condições de vida da população quilombola.

Comissão de Direitos Humanos e Minorias - A Comissão de Direitos Humanos e Minorias promoveu, no dia 4 de junho, uma audiência pública para tratar da titulação de propriedades de terra nas comunidades remanescentes de quilombos. O governo já identificou cerca de 3.500 comunidades remanescentes de quilombos, que se vêem em conflito com fazendeiros e grileiros pela posse das terras.

Fonte: Portal da Câmara e Senado Federal

ESTATUTO RACIAL E POSSE DA TERRA

A criação de cotas para afrodescendentes no serviço público, em escolas, empresas privadas, partidos políticos, novelas e comerciais é um dos pontos mais polêmicos do Projeto de Lei 6264/05, que institui o Estatuto da Igualdade Racial. A opinião é do relator da proposta, deputado Antônio Roberto (PV-MG), que pretende concluir seu relatório para que ele seja votado na comissão especial até julho. Outro item considerado complicado por ele é o trecho que regulariza a posse da terra ocupada por quilombolas. Apesar de identificar esses dois pontos polêmicos, o deputado pretende manter o texto que foi aprovado pelo Senado.

Fonte: Portal Câmara dos Deputados e Maracaju news

CNBB DEFENDE O RESPEITO “ÀS NAÇÕES QUILOMBOLAS”

Por ocasião do Dia do Trabalho, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) publicou uma mensagem aos trabalhadores e trabalhadoras do Brasil. Nela, os bispos reafirmam sua união a todas as pessoas comprometidas na imensa tarefa de construir um país diferente, onde trabalho e dignidade cidadã caminhem de mãos dadas na superação dos conflitos e das causas das desigualdades, entre as quais, primordialmente, o desemprego. A CNBB destaca ainda no documento, o compromisso de respeito às nações indígenas e quilombolas.

Fonte: Rádio Vaticano

• NOS ESTADOS

AP

ENCONTRO EM MACAPÁ

A Câmara Municipal de Macapá, através de sua Secretaria de Formação, promoveu, no dia 2 de junho, o Encontro Afrodescendentes e Comunidades Quilombolas do Município de Macapá. O objetivo do evento foi discutir as políticas públicas direcionadas às várias reivindicações das comunidades negras em Macapá. O evento contou com a participação de representantes do Conselho das Comunidades Quilombolas do Amapá, Instituto de Mulheres Negras do Amapá, Movimento Afrodescendente, União dos Negros do Amapá Governo do Estado, Prefeitura de Macapá, Tribunal de Justiça, e Secretaria Extraordinário de Políticas para os Afrodescendentes.

Fonte: Site Antônio Córrea Neto e Jornal O Dia

TO

QUILOMBOLAS RECEBEM BENEFÍCIOS HABITACIONAIS

Com o objetivo de valorizar a cultura dos quilombolas e oferecer melhores condições de moradia,

o estado de Tocantins lançou no mês de maio o Programa Habitacional Quilombolas, beneficiando a comunidade de Malhadinha, no município de Brejinho de Nazaré. A comunidade receberá 45 casas construídas por meio da parceria entre os governos federal, estadual e municipal; Centro de Qualificação e 20 cheques moradia na modalidade reforma.

Fonte: Portal Amazônia

PA

COMUNIDADES TITULADAS

Representantes de cinco comunidades do Pará receberam, no dia 13 de maio, cinco títulos de posse, das mãos da governadora Ana Júlia Carepa e do presidente do Instituto de Terras do Pará, José Héder Benatti. Foram tituladas Matias, em Cametá; Macapazinho, em Santa Izabel do Pará; Menino Jesus, em São Miguel do Guamá; Jacarequara e Tipitinga, em Santa Maria do Pará. De acordo com a governadora do estado, o compromisso do governo é regularizar mais cinco áreas até o final do ano. Existem no estado cerca de 50 mil quilombolas distribuídos em 324 comunidades e 27 áreas tituladas, segundo dados da Coordenação de Promoção da Igualdade Racial da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos.

Fonte: Governo do Estado Pará

MA

MPF MOVE AÇÃO PARA GARANTIR DIREITOS DE QUILOMBOLAS

O Ministério Público Federal no Maranhão (MPF/MA) ingressou na Justiça Federal com ação cautelar contra a Agência Espacial Brasileira (AEB), a empresa Alcantara Cyclone Space e a Fundação Atech para preservar o direito à posse das terras das comunidades remanescentes de quilombo no município de Al-

cântara, em especial aquelas denominadas Mamuna e Baracatuiua. Com a medida, o MPF pretende proteger os territórios ameaçados pela possibilidade de implantação de novos sítios de lançamento do veículo espacial Cyclone-4. A ação pede que sejam paralisadas todas as obras, instalações e serviços que afetem a posse do território étnico dos remanescentes de quilombo, até que seja concluído o processo de identificação, reconhecimento, delimitação e titulação das terras respectivas, que está em curso no Inbra.

Fonte: O Estado do Maranhão e Jornal Pequeno

AL

QUILOMBO DE GAMELEIRO CONTRA ATERRO SANITÁRIO

A FCP publicou no mês de maio no Diário Oficial da União o registro e certificação de mais nove comunidades reconhecidas como remanescentes de quilombos. Uma das certificadas foi a Comunidade de Gameleiro, localizada no município de Olho D'água das Flores. Mesmo assim, a comunidade sofre com uma decisão da Justiça que libera a prefeitura a continuar usando a área do quilombo como lixão municipal. Outro problema que preocupa os quilombolas é a construção de um aterro sanitário em suas terras. O projeto está sendo desenvolvido pela prefeitura, em consórcio com outros oito municípios. De acordo com a gerente afro-quilombola da Secretaria Estadual da Mulher, Cidadania e Direitos Humanos de Alagoas, Elis Lopes, essa construção não pode acontecer porque a legislação que trata sobre o assunto expressa que para a construção de aterro é necessário que a obra esteja a pelo menos 2 km de habitações. Determinação não cumprida, uma vez que não está nem a 300 metros do quilombo.

Fonte: Informe Palmares

BA

VESTIBULAR DA UEFS TEM VAGAS PARA INDÍGENAS E QUILOMBOLAS

Pela quarta vez, a Universidade Estadual de Feira de Santana (Uefs) pratica a política de ações afirmativas, que reserva 50% das vagas para estudantes oriundos de escola pública. Dessas, 80% serão ocupadas por candidatos que se declararam afro-descendentes. Cada curso oferece duas vagas a mais para indígenas e quilombolas. Inscreveram-se através do sistema de cotas 5.817 candidatos. Deste total, 53 são residentes em comunidades indígenas e 11 são de comunidades quilombolas. A Uefs oferece 723 vagas, distribuídas em 19 cursos. O processo seletivo 2008.2, o vestibular de meio de ano da Uefs, registrou 11.279 candidatos.

Mais informações: www.uefs.br.

Fonte: Jornal da Mídia

MT

NOVO IMPASSE DA ÁREA DE MATA CAVALO

Mais uma vez está nas mãos do Incra o fim de um impasse entre fazendeiros e quilombolas da comunidade de Mata Cavallo, localizada na cidade de Nossa Senhora do Livramento, a 40 quilômetros de Cuiabá. No dia 4 de junho, policiais cumpriram um mandado de despejo expedido pela Justiça Federal em favor dos fazendeiros. Pelo menos 10 famílias tiveram suas casas destruídas por tratores.

Em reunião realizada com a presença do Incra, os quilombolas de Mata Cavallo pediram agilidade, pois a única pendência é a desapropriação da área, que é de competência do Instituto. Um minucioso estudo histórico e antropológico realizado em 1999 pela FCP reconheceu a comunidade de

Mata Cavallo como remanescente de quilombo.

A moradora Gonçalina Eva de Almeida e Silva, uma das lideranças da comunidade que foi presa durante a ação de despejo, afirmou que alguns fazendeiros até concordam em deixar a terra, mas querem ser ressarcidos pelo governo. Hoje, segundo ela, há cerca de 10 fazendeiros na área. Gonçalina e mais duas pessoas foram detidas e acusadas de desacato à autoridade, sendo encaminhadas para a sede da superintendência regional da PF, e vão responder em liberdade a inquérito policial pelo crime.

A diretora nacional de proteção ao patrimônio afro-brasileiro da FCP, Bernadete Lopes, esteve na reunião e mediu as negociações. Para ela, a comunidade de Mata Cavallo é um símbolo nacional de luta pelos direitos dos quilombolas.

A decisão judicial que determinou a desocupação do Quilombo é do dia 7 de dezembro do ano passado, mas só agora foi cumprida. Segundo a Justiça Federal em Cuiabá, os oficiais de justiça estariam tendo dificuldade de desocupar a área. Em razão disso, a Justiça ordenou o uso de força policial.

Fonte: Diário de Cuiabá

MS

IGREJINHA DE SÃO BENEDITO É RECONHECIDA

No dia 26 de abril, a comunidade negra da Igreja de São Benedito - localizada a 15 km de Campo Grande - festejou a entrega da certidão de autodefinição como comunidade remanescente de quilombo, publicada pela FCP. Para Antônio Borges dos Santos, descendente de Tia Eva e presidente do Conselho Estadual dos Direitos dos Negros, além de ser uma ótima oportunidade para reivindicar melhorias e recursos públicos para a comunidade, o reconhecimento da FCP, também

servirá para resgatar a história e a cultura da terra e da descendência. Calcula-se que existem dois mil descendentes de Tia Eva espalhados pelas comunidades negras de todo o Estado sul-mato-grossense. Ao todo, já foram certificadas pela FCP 16 comunidades em todo o estado de Mato Grosso do Sul.

Fonte: Informe Palmares

MG

DENÚNCIA DE PRESSÕES, AMEAÇAS E MORTES

Representantes da comunidade quilombola Família Teodora de Oliveira - situada no município de Serra do Salitre - denunciaram à FCP as pressões e ameaças de expulsão de suas terras impostas por fazendeiros, e até mesmo mortes, ocasionadas pela disputa da área. Moradores informam que, embora a família possua documentos e inventário que comprovem a titularidade da área em nome deles, muitos já foram expulsos das terras, sendo que entre os anos de 1930 e 1942, dez familiares foram assassinados. Ainda residem na comunidade cerca de 60 familiares, apesar do medo de morrer ou perder o espaço. A FCP comprometeu-se em acompanhar política e juridicamente a comunidade.

Fonte: Informe Palmares

ES

MOVIMENTO CONTRA QUILOMBOLAS ENCONTRA MINISTRO DA SEPPPIR

Em junho, o coordenador do Movimento Paz no Campo do Espírito Santo, Eliezer Nardoto, acompanhado do deputado Lelo Coimbra, se reuniu com o ministro da Sepppir, Edson Santos. Ao ministro, Coimbra e Nardoto disseram que são contra a titulação de terri-

tórios quilombolas no Espírito Santo. O integrante do movimento e as empresas do agronegócio, como a Aracruz Celulose, não aceitam que os quilombolas tenham direito a um território de aproximadamente 50 mil hectares no norte do estado. Este território foi apontado em pesquisas realizadas pela Universidade Federal do Espírito Santo, por solicitação do Incra. O Movimento Paz no Campo foi formado por fazendeiros, coordenados por Nardoto. Os quilombolas denunciam que o movimento faz ameaças aos membros das comunidades da região.

Fonte: Site Século Diário



O agronegócio quer impedir o reconhecimento de terras Quilombolas no ES

DOCUMENTÁRIO SOBRE ARACRUZ

A organização norueguesa Norwegian Church Aid está produzindo um vídeo sobre a influência da Aracruz Celulose na política do estado e os impactos gerados pela empresa sobre as comunidades quilombolas que vivem ilhadas nos eucaliptais. É o segundo documentário da organização que há trinta anos produziu um vídeo que relatou a ocupação de terras indígenas pela Aracruz no Espírito Santo. No novo filme, a entidade investiga a situação da transnacional e como funciona o financiamento de campanhas políticas pela empresa.

Fonte: Site Século Diário

TERRAS SEM USO NO ES

As 36 comunidades quilombolas do Espírito Santo estão reivindicando que o Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal (Idaf) do estado apresente o mapa das terras devolutas que existem no Espírito Santo. Essas terras desocupadas e sem uso não estão cumprindo sua função social. Em maio, cerca de 60 quilombolas formaram uma comissão que foi recebida pelos técnicos do Idaf. Segundo técnicos do departamento, os mapas sobre onde estão as terras devolutas serão divulgados em breve. Segundo Firmiano, da Comissão Quilombola, caso não haja o cumprimento por parte do órgão público, as comunidades retornarão com as mobilizações. A atividade foi realizada pela Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Espírito Santo "Zacimba Gaba" e pela Conaq.

Fonte: Gazeta online

RJ

ACERVO COMUNITÁRIO NA RASA

No dia 31 de maio, o quilombo da Rasa, localizado em Búzios (RJ), promoveu uma festa de encerramento do Projeto Acuia - Acervo Comunitário Dona Uia, que também celebrou a inauguração do acervo. O projeto Acuia, vinculado



Projeto Acuia no Quilombo da Rasa

ao curso de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense, tinha o objetivo de construir um acervo cultural e político da memória viva da comunidade. O projeto teve início em dezembro de 2007.

Fonte: Observatório Quilombola

SP

NOVAS CASAS PARA QUILOMBOLAS

Os moradores das comunidades de São Pedro e Pedro Cubas, em Eldorado, e Maria Rosa e Pilões, em Iporanga, receberão casas de alvenaria. São 150 casas que estão sendo construídas pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional Urbano, vinculada à secretaria estadual de Habitação, em parceria com as prefeituras locais e a Fundação Itesp. A ação faz parte de um programa de construção de moradias para os territórios quilombolas já titulados. O governo pretende estender o programa a outras comunidades que receberem o título, como é o caso de Galvão, em Eldorado, titulada em nove de junho.

Fonte: Boletim Itesp

PR

COMUNIDADES A CAMINHO DA TITULAÇÃO

Onze processos para regularização fundiária de territórios quilombolas foram abertos pelo Incra no Paraná. Sete deles já estão em andamento, na fase de elaboração do relatório antropológico. São eles: comunidade João Surá, em Adrianópolis; Guajuvira e Água Morna, na cidade de Curiúva; Serra do Apon, Limitão e Mamans, em Castro e comunidade Paiol de Telha, em Guarapuava. O processo de reconhecimento dessas comunidades no Paraná só começou efetivamente em 2007.

Fonte: Paraná online

NOTAS SOBRE O SUL DA BAHIA

A região de Camamu

O Baixo Sul da Bahia é uma região formada por diversas comunidades negras rurais e caiçaras que mantém diversos laços entre si, de parentesco, de colaboração e aliança, religiosos, culturais e produtivos. Dentre esses laços, porém, os de parentesco ainda são os mais importantes na construção de um sentimento de identidade comum, capaz de superar os obstáculos das distâncias e das diferenças políticas, trabalhando para a preservação e renovação de uma memória coletiva comum.

Camamu, Marau, Igrapiúna e Ituberá compõem a chamada Baía de Camamu, localizada na microrregião de Valença. Nesta região é comum localizarmos comunidades com nomes indígenas e africanos que reforçam e documentam as fontes históricas e narrativas locais que falam da presença de grupos indígenas e de negros fugidos por toda a região. De fato, as comunidades locais afirmam terem origem ainda no período da escravidão e descenderem de alguns destes grupos, tanto negros quanto indígenas. Sr. Domingos, liderança da associação comunitária de Garcia e do Sindicato de Trabalhadores de Camamu conta que as festas religiosas contribuíram por muito tempo para a manutenção do vínculo entre as comunidades, mas o desinteresse dos jovens por tais festas comunitárias, preferindo os bailes no centro da cidade, tem reduzido a intensidade destes laços.

Comunidades certificadas pela FCP no município de Camamu	Data de Publicação no D.O.U.
<i>Acarai</i>	05/03/2008
<i>Barroso</i>	05/03/2008
<i>Garcia</i>	05/03/2008
<i>Pedra Rasa</i>	05/03/2008
<i>Porto do Campo</i>	05/03/2008
<i>Pratigi</i>	05/03/2008
<i>Ronco</i>	05/03/2008
<i>Tapuia</i>	05/03/2008
<i>Jetimana</i>	13/03/2008
<i>Pimenteira</i>	10/04/2008

Desde 2005 essas comunidades, dos municípios de Valença, Cairu, Taperoá, Nilo Peçanha, Ituberá, Igrapiúna, Camamu e Marau vêm sendo certificadas como comunidades quilombolas pela Fundação Cultural Palmares (FCP): quatro em 2005, nove em

2006, quatro em 2007 e, até o momento, 15 em 2008. Destas últimas 15, dez estão localizadas no município de Camamu.

Isso poderia apontar para a região do Baixo Sul da Bahia e, especialmente para Camamu, como um novo e importante foco de mobilização das comunidades quilombolas, mas não é bem assim. Na verdade, as certificações vêm sendo expedidas pela FCP por solicitação das municipalidades, sem que as próprias comunidades e suas associações representativas estejam sendo devidamente consultadas e informadas sobre o processo. Além disso, a inclusão destas comunidades no livro da FCP não tem garantido o pleno acesso às políticas públicas ou ao processo de regularização fundiária.

Menos de 10% das comunidades certificadas no estado tiveram abertos processos de regularização no Incra e nenhuma delas na região. Apesar de não existirem ainda conflitos flagrantes ou violentos, toda a região é foco de especulação imobiliária, promovida pela expansão do turismo, que ameaça se estender sobre as terras destas comunidades. Algumas dessas praias, como a própria Itacaré e Morro de São Paulo, são destinos famosos de um turismo elitizado, que contam com aeroportos e diversos hotéis luxuosos.

A comunidade de Garcia

Em Camamu duas comunidades se destacam pela organização política: Porto do Campo e Garcia. Ambas mantêm laços de parentesco entre si e possuem associações de moradores antigas para o contexto regional. Com um histórico de importantes conquistas de serviços públicos, fruto de sua mobilização comunitária possuem plena inserção em espaços de discussão política municipal e regional, como os conselhos, o sindicato e a colônia de pescadores. Porto do Campo, por localizar-se em uma ilha, tem na pesca a sua atividade principal, estando mais presente na Colônia de Pescadores, enquanto Garcia, um pouco mais distante da praia, está mais presente no Sindicato de Trabalhadores Rurais, chegando mesmo a ocupar cargos de direção.

A comunidade do Garcia tem uma origem que remete há mais de cem anos, quando da chegada das suas primeiras famílias, de Zacaria e "Mané Bitu". Sua primeira experiência de organização foi o Grupo da Igreja Católica, criado no início da década de

1980 por incentivo de um padre, com o objetivo inicial de construir uma igreja. No período de construção da igreja foi formado um grupo de mutirão, que se manteve ativo ainda depois da igreja finalizada, desempenhando um papel semelhante ao de uma associação de moradores. Nessa época existia também o grupo de futebol, uma das principais atividades de lazer da região, onde é conhecido como "baba". O "Baba Organizado" do Garcia, com times masculino e feminino, também teve seu período de destaque na organização do grupo, hoje de importância decrescente. Atualmente a principal organização social e política da comunidade é a Associação Comunitária do Garcia e Área Circunvizinha, criada em março de 1995, envolvendo também as comunidades de Enseada, Coqueiro, Maria Rita e Cundurú. Tal abrangência vem se reduzindo nos últimos anos, porém, à medida em que os povoados da "área circunvizinha" vão organizando suas próprias associações e se constituindo em comunidades com representação própria.

Como é uma das maiores comunidades do município, localizada próxima a cidade, com uma forte mobilização política da sua associação, Garcia tem conseguido algum sucesso na luta contra o preconceito e no acesso às políticas públicas federais e estaduais que chegam ao município. Isso está longe, porém, de significar pleno atendimento das necessidades básicas, muito menos qualidade neste atendimento. Conseguiram água encanada em 2003 por meio de um projeto do Banco Mundial, e a energia elétrica em 2004, por meio do Programa Federal Luz Para Todos. Mas uma das maiores lutas e orgulho da associação estão no campo da educação.

Não há nenhum berçário, maternal ou creche pública na comunidade, o que exclui do ensino infantil as crianças de 0 a 3 anos e impede que as mulheres busquem suas próprias fontes de renda. Mas a comunidade possui duas unidades escolares do ensino fundamental, para crianças, jovens e adultos (EJA). Uma destas escolas foi construída pela própria associação de moradores, com capacidade para atender 150 alunos, ao longo de quatro anos. Depois de construído, em 2001, o prédio foi entregue ao município, que assumiu a instalação da escola e a responsabilidade por sua manutenção. O segundo ciclo do ensino fundamental e o segundo grau têm de ser buscados na cidade, para o que a municipalidade mantém um transporte escolar. Mas as questões em torno da manutenção do prédio da escola na comunidade têm gerado sérias tensões entre a associação de moradores e a prefeitura, que



Comunidade de Camamu, no Baixo Sul da Bahia

condiciona a aplicação de verbas federais voltadas especificamente para a manutenção da escola à doação do prédio à municipalidade.

O processo de reconhecimento

Desde a primeira vez que o Sr. Domingos ouviu falar dos direitos de remanescentes de quilombos, pela televisão, ele percebeu que a comunidade poderia ter o mesmo tipo de reconhecimento, tanto quanto as vizinhas: "eu imaginei aqui, Garcia, Porto do Campo, imaginei Pedra Rasa. Pelo que se falou [na televisão] deu pra deduzir essas três junto. Enseada...". Apesar disso e de toda a organização da comunidade em torno da associação, a certificação da comunidade como remanescente de quilombos pela FCP não se deu por iniciativa própria.

Foi apenas muito mais tarde - através de uma pessoa identificada como técnica da Fundação Odebrecht (que mantém inúmeras atividades na região) -, no ano de 2005, que a comunidade voltou a ouvir falar no assunto, mas que isso implicava em um processo de discussão ou formação em torno do tema:

"Ela só foi aquela reunião, não foi mais lá. [...] Aí daquela ali já vem outro, já dizendo que nós já era quilombola. Como é que pode? Ela veio aqui uma vez e depois disseram que a gente era. [Disseram que] ... precisava fazer uma Associação exclusivamente para isso. [...] e político no meio, vereador, prefeito [...] Isso, dentro de 15 dias, se teve umas 4 ou 5 reuniões, com os estatutos prontos pra formar a Associação dos Quilombola, que só faltava pegar as pessoas para assinar, RG e CPF."

Assim, no afogadilho, foi constituída uma nova associação, gerando indignação dos mais envolvidos com a luta da associação de moradores, criada, normatizada e gerida por eles há mais de dez anos. Isso resultou em uma série de discussões, que culminaram

na decisão da comunidade pela extinção da Associação Quilombola do Garcia. Apesar de saberem que o processo de constituição ou reformulação de sua associação seria necessário para torná-la capaz de atender às novas formas do Estado derivadas do seu reconhecimento como quilombolas, esta recusa não corresponde a uma recusa da identificação como quilombola, mas a uma recusa de se submeter a um processo político arbitrário e espúrio, vindo de fora e de cima, sem respeito à história de organização daquele grupo. Uma recusa em abrir mão da sua autonomia que, ao final, é justamente um dos aspectos que sustentam a identidade do grupo. Uma recusa

em transigir com interesses que lhes parece suspeitos, da municipalidade e de algumas organizações que trabalham na região, atualmente empenhadas não em ajudar a organizar comunidades quilombolas, mas em produzi-las em massa, sem que eles saibam exatamente para o quê.

José Maurício Arruti,
doutor em antropologia,
assessor do programa Egbé Territórios Negros
de KOINONIA.

Carla Siqueira Campos,
pesquisadora e mestra em antropologia
pela Universidade Federal de Pernambuco.

fala quilombola

CELULOSE: A FAVORITA

Novela da TV Globo, 'A Favorita', tem o patrocínio da Aracruz Celulose, Suzano e Votorantim

Não tem como assistir a novela das 20h da TV Globo, A Favorita, e não sentir que é provocação, no auge da questão da Luta pela Terra das comunidades Indígenas e Quilombolas no Espírito Santo.

Neste folhetim as personagens principais interpretadas por Claudia Raia e Patrícia Pillar (mulher de Ciro Gomes) são duas herdeiras que disputam um império de papel e celulose. A novela tem o patrocínio da Aracruz Celulose, Votorantim e Suzano. Na festa de lançamento, as empresas prepararam a decoração com tudo de eucalipto.

Na sinopse da novela estão cenas de ocupações em áreas de eucalipto, com direito a cenas gravadas na preparação da celulose nos complexos industriais.

Na novela das oito colocar camuflada a Celulose - e isso tem a ver diretamente com a nossa luta de resistência contra este Dragão que é o Eucalipto - deixando de mencionar a concentração de terra, a pobreza, o desemprego, a contaminação dos rios e, conseqüentemente, a morte dos peixes é ignorar a alteração drástica que tudo isso causa na vida das comunidades que habitam bravamente ao lado ou dentro das áreas com eucalipto. Há ainda o quarto poder, que são as empresas de comunicação, formadoras de opinião. Elas vêm confrontar com a nossa luta contra todo o mal que o eucalipto fez, faz e fará se não for dado um basta na continuidade de terras destinadas para o plantio.

A forma como a novela pretende tratar o assunto nos preocupa, pois colocará a opinião pública, que já vive alienada, contra a nossa luta - que é uma questão de sobrevivência, de permanecer na terra - e vai criar um clima a favor dos interesses do ramo da celulose. Aqui no Espírito Santo já aconteceu algo assim quando

a empresa Multinacional Aracruz Celulose colocou seus funcionários na rua fazendo passeata com faixas dizendo que perderiam seus empregos se os índios retomassem as terras que estavam em poder da empresa, colocando pobre contra pobre, trabalhador contra trabalhador e a sociedade contra os movimentos sociais. Nesta investida da empresa, seus funcionários foram às ruas contra os índios quando estes ganharam na justiça os 11 mil hectares que a eles pertenciam por direito. Na verdade, a empresa "devolveu" aos índios. Ela não poderia dar o que a ela não pertencia.

No meio desta luta, aparece esta novela dourando a questão da Celulose para que as famílias consumam nos jantares, nas rodas de conversas, como acontece com todos os temas que as novelas abordam. Aí, então, nos perguntamos: com a terra plantada de eucalipto, cana, soja, café em longa escala - e ainda tem o pasto-, onde vamos plantar arroz e feijão para matar a fome de homens e mulheres do campo e da cidade?

Quinze dias antes da festa de lançamento da novela da Rede Globo, A Favorita, alertei a todos (as) por e-mail sobre o folhetim, quando foi divulgado que as empresas em questão seriam do ramo de papel e celulose. Antes de sua estréia, o Programa Vídeo Show da Rede Globo fez uma reportagem na Suzano, em São Paulo, mostrando os processos da Celulose. Qualquer um pode conferir o vídeo que tem a duração de 03:06, no site da Globo. Para ver o vídeo é só acessar o link <http://video.globo.com/Videos/Player/Entretenimento/0,,GIM831082-7822-MALVINO+SALVADOR+SE+PREPARA+PARA+A+FAVORITA,00.html>.

E aos poucos e timidamente, as cenas com eucalipto vão aparecendo no ar.

Selma Dealdina
Quilombola - Vitória - ES

COMUNIDADE DE SÃO BENEDITO

A comunidade negra da Igrejinha de São Benedito, localizada a 15 km de Campo Grande/ Mato Grosso do Sul, festejou a entrega da certidão de autodefinição como comunidade remanescente de quilombo no dia 26 de abril de 2008. O reconhecimento da Fundação Cultural Palmares representa mais uma etapa da luta dos descendentes de Eva Maria de Jesus, a Tia Eva, para manter a comunidade unida em torno do território.

A história da comunidade se confunde com a própria história de Tia Eva.

Escrava nascida em Mineiros, Goiás, Eva Maria de Jesus decidiu ir para o Mato Grosso em 1905, já com suas três filhas: Joana, Lázara e Sebastiana. Chegando a Campos de Vacaria, hoje Campo Grande, trabalhou como lavadeira, parteira, cozinheira, curandeira e benzedeira. Procurada por inúmeras pessoas, tornou-se referência na comunidade.

Devota de São Benedito, ela fez uma promessa ao padroeiro para que curasse uma ferida que havia há anos em sua perna e que nunca curava. E foi realizada. Ao chegar a Mato Grosso, milagrosamente foi curada. Para pagar a dádiva ao santo, construiu em 1912 uma igreja de pau-a-pique. Ao longo do tempo, ganhando o respeito da comunidade e com a história da cura tornando-se conhecida, Tia Eva obteve ajuda material e financeira para, em 1919, reerguer a igreja, agora em alvenaria. A inauguração aconteceu em 13 de maio com grande festa em homenagem a São Benedito. Durou o tempo de uma novena, com reza, terço, música, fogos. Tia Eva renovou sua promessa: organizaria festa como essa todos os anos, no domingo mais próximo ao 13 de maio.

Os preparativos para a festa duravam um ano inteiro. Tia Eva mantinha seu trabalho de assistência a doentes e grávidas, mas também na mediação de conflitos, pois era respeitada pela bondade e sabedoria. Em reconhecimento e gratidão ganhava muitos presentes, em dinheiro ou artigos como carne, latas de doce, material que era utilizado na festa. Assim, a cada ano as comemorações tornavam-se maiores e mais fartas, atraindo moradores de regiões vizinhas. Barracas eram erguidas embaixo das mangueiras e nada era cobrado, pois havia sido obtido por doações; o excedente era dividido na comunidade.



Os bisnetos Seu Michel e Senhora Narzira com o busto de Tia Eva ao fundo

Antes de seu falecimento, dia 11 de novembro de 1926, aos 88 anos, Tia Eva fez seu último pedido: que a família nunca deixasse de fazer a festa de São Benedito todos os anos, no mês de maio. A festa em louvor ao santo é o maior orgulho da comunidade.

Em 1949, a igreja Católica começou a comprar terras na região para estabelecer ali o Seminário. Durante cerca de 15 anos, entre 1960 e 1975, a Diocese assumiu o controle da igreja e da festa de São Benedito. Com a resistência da comunidade em passar a posse da área à Igreja, os domínios da Diocese foram transferidos para uma nova igreja; durante 6 anos não houve missa na igreja da comunidade. Na década de 1980 a comunidade cria a Associação de Moradores e obtém conquistas, como redes de luz e água. Em 1996, a igreja de São Benedito foi tombada como patrimônio histórico de Campo Grande. Um levantamento realizado em 2001 mostrou que hoje vivem na comunidade 74 famílias compostas por descendentes diretos de tia Eva. No mesmo ano a Associação Beneficente dos Descendentes de Tia Eva cria o Projeto Negraeva, em parceria com a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, para manutenção e apoio a afrodescendentes no ensino superior.

Helena Costa
assistente de Comunicação de KOINONIA

Fontes Bibliográficas:

Tia Eva, negraeva – História da comunidade de São Benedito, de Vanda Moraes. Editado pelo Projeto Negraeva, 2003. Informe Palmares, n. 33, maio de 2008.

conheça

CARTILHA CIDADANIA QUILOMBOLA

O Instituto Sócio-Ambiental - ISA lançou, no dia 27 de junho, a cartilha Cidadania Quilombola, que contém informações sobre direitos sociais aplicados à organização comunitária das associações quilombolas. A cartilha também oferece dicas práticas para a obtenção de documentos pessoais e coletivos. O material foi produzido a partir da experiência prática do Programa Vale do Ribeira junto à comunidade quilombola de Ivaporunduva.

Cidadania Quilombola está disponível para download no site do ISA (http://www.socioambiental.org/inst/pub/down_html).

CONAQ LANÇA SITE NA INTERNET

Agora você pode acompanhar as ações e os posicionamentos do movimento quilombola no Brasil através do site organizado pela Conaq - Coordenação Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas. O site tem como objetivo democratizar informações sobre as comunidades quilombolas e pretende se tornar uma fonte de referência sobre as ações do movimento. A proposta da Conaq é que as informações cheguem o mais rápido possível às bases do movimento, além de fazer um contraponto em relação às notícias divulgadas na mídia comercial.

Acesse: <http://www.conaq.org.br/>



QUILOMBOLAS NA TEMPO E PRESENÇA DIGITAL

O site de KOINONIA acaba de lançar a nova edição da revista Tempo & Presença Digital. A revista reúne um conjunto de artigos referentes à situação que as comunidades de descendentes de Quilombolas, espalhadas por todo o País, passaram a enfrentar na medida em que procuraram exercer seu direito a existirem como tais. A partir de diferentes perspectivas, os articulistas da Tempo & Presença Digital procuram mapear os inúmeros processos e situações experimentadas pelas diferentes comunidades Quilombolas em seus esforços para terem seus direitos reconhecidos.

Visite o site: <http://www.koinonia.org.br/tpdigital/>

siglas usadas nesta edição

Conaq: Coordenação Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas

FCP: Fundação Cultural Palmares

Incra: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

Itesp: Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo

Seppir: Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

territóriosnegros

Este informativo é parte do projeto de comunicação do Observatório Quilombola (OQ), produzido pelo programa EGBÉ TERRITÓRIOS NEGROS de KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço. Sua periodicidade é bimestral, destinada à distribuição entre as comunidades negras. Também encontra-se em formato digital no site OQ. Colabore com notícias e manifeste sua opinião.

Editor: José Maurício Arruti

Pesquisa: Andréa Carvalho, Ana Gualberto, Daniela Yabeta.

Programação visual: Cibele Bustamante

Redação: Helena Costa, Manoela Vianna e Marcia Evangelista de Souza

Revisão: Helena Costa

Secretário-executivo KOINONIA: Rafael Soares de Oliveira



KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço
Rua Santo Amaro, 129 Glória • 22211-230
Rio de Janeiro • RJ
Tel. (21) 2224-6713 Fax (21) 2221-3016



territoriosnegros@koinonia.org.br
www.koinonia.org.br
oq@koinonia.org.br
www.koinonia.org.br/oq

APOIO



Esta publicação foi feita com apoio da União Européia. O conteúdo desta publicação é de exclusiva responsabilidade de KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço e não pode, em caso algum, ser tomado como expressão das posições da União Européia